CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO S-9-
PARECER N° 1669/73 22.8.
Aprovado por Deliberação
em 22/08/1973

PROCESSO CEE N. 1569/72

INTERESSADO - FACULDADE DE ENGENHARIA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRE-
TOS.

ASSUNTO - Consulta da direção da Faculdade, referente a possibili-
dade e as condições de aceitação de elemento formado em
Curso de Engenharia Operacional, especializado em tele-
comunicações, para fins de matrícula no Curso de Engenha-
ria, modalidade Eletricista.

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU

RELATOR - CONSELHEIRO RIVADÁVIA MARQUES JÚNIOR

HISTÓRICO:

Mediante Of. 99/72, datado de 25 de maio de 1972, em que a direção da Faculdade de Engenharia de Barretos se dirige a este Conselho, menciona-se que "Tendo esta Faculdade sido consultada por um formado, em Curso de Engenharia Operacional, especialização Telecomunicações, desejoso de obter o grau de engenheiro eletricista, por esta Escola, vimos à presença de V. Sa., saber da possibilidade e condições de aceitação para tal caso".

Distribuído o processo à Câmara do Ensino do Terceiro Grau, houve por bem seu presidente solicitar esclarecimentos preliminares da interessada, tendentes à elucidação dos dispositivos regimentais de que a instituição eventualmente dispusesse para disciplinar a matéria, assim como um projeto de adaptação curricular, no caso da possibilidade da matrícula. Depois de sucessivas convocações pelo D.O.E., somente uma convocação, por telegrama conseguiu provocar resposta da instituição interessada, o que ocorreu em fevereiro de 1973, mediante of. 11/73. No seu retorno à CETG, foi designado relator o Conselheiro Cantanhe de Filho, que solicitou exame prévio pela A.T.. Cumprida a instrução do processo e constatada a impossibilidade da presença do relator, foi o presente a mim distribuído.

FUNDAMENTAÇÃO:

Dois aspectos estão contidos na consulta feita pela Faculdade de Engenharia de Barretos: a possibilidade e as condições mediante as quais um engenheiro operacional, valendo-se do aproveitamento dos estudos feitos, possa graduar-se em Engenharia, modalidade eletricista.

1 - Quanto ao primeiro aspecto, o da possibilidade, já se pronunciou a A.T., pela Informação n° 115/73, bem situando o pretendido no que dispõe o § 2° do Art. 23 da Lei n° 5.540, ou seja:

"Art. 23 - Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e a duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§ 2º - Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento de estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos." (os grifos são do relator)

O "caput" do artigo consagrou, em espécie, o processo sofrido anteriormente pelo curso de Engenharia, ou seja, o da transformação de sua tradicional e uniforme duração em modalidades várias de organização curricular para atender às necessidades do desenvolvimento industrial do país. Este processo está sucinta e claramente retratado pelo Parecer nº 25/65-CFE, ao assinalar as condições do aparecimento do engenheiro operacional, no Brasil, "... destinado a suprir gradativa ou crescentemente as necessidades de dirigentes, supervisores e condutores industriais".

E para que, no caso das várias modalidades profissionais no campo da Engenharia, caiba uma interpretação dos mecanismos prescritos no § 2º, o referido parecer faz jurisprudência, ao assinalar que:

" A definição dada... ao engenheiro de operação é a de elemento de formação profissional tecnológica, de nível superior, com treinamento em cursos de duração de três anos, para habilitação a supervisão de setores especializados da indústria e encargos normais de produção industrial. Além destes, continuarão a existir, inalterados, os cursos de formação profissional científica, que não se confundem com os primeiros por exigirem preparação científica muito mais ampla e, em consequência, maior duração dos respectivos cursos. Não haverá, pois, a possibilidade do engenheiro de operação transformar-se no engenheiro de formação profissional científica acrescentando simplesmente mais dois anos aos seus estudos. Não há porém, de outra parte, a impossibilidade dessa transformação mas ela se fará mediante adaptação conveniente em cada caso e exigirá, normalmente, a complementação da base científica e a extensão e alargamento dos conhecimentos profissionais em nível mais elevado e sob pontos de vista diferentes."

2 - A parte final do trecho acima transcrito já nos conduz ao segundo aspecto do problema, ou seja, o das condições para que um engenheiro de formação profissional tecnológica se transforme num engenheiro de formação profissional científica.

A meu ver, três são as condições a serem consideradas: o problema do vestibular, a doutrina e critérios da adaptação e a questão da competência.

2.1. Quanto ao problema do vestibular, reporto-me aos termos do Parecer nº 210/71 - CFE, que é pela sua dispensa, "... desde que não haja inconveniente didático e prejuízo para terceiros."

Por outro lado, - valendo-me de transcrição - "Ainda conforme a Lei nº 5540/68, o Vestibular tem uma dupla função de "avaliar a formação recebida pelos candidatos na escola de 2º grau, com vistas a "sua aptidão intelectual para estudos superiores" (art. 21), e de classificá-los para distribuição das vagas oferecidas à matrícula. Enquanto aquela é por assim dizer permanente, tornando mesmo prescindível a repetição do concurso a cada nova graduação pleiteada, esta última se condiciona à não existência de vagas para todos.

Havendo vaga, num caso concreto em que a função anterior já tenha sido satisfeita, o Vestibular será exigência cumprida".

2.2. A respeito da doutrina e critérios da adaptação, a A.T. julga lícito aplicarem-se ao caso as disposições contidas na Portaria nº... 10/63 - CFE, de 16/8/63, que dispõe sobre a adaptação em transferência para cursos mantidos por estabelecimentos isolados de ensino superior, federais ou particulares; e, dessas disposições, destacam-se:

- Parágrafo Único do art. 12:

"Entende-se por adaptação, para os efeitos deste artigo, o conjunto dos trabalhos prescritos pelo estabelecimento de ensino de destino com o objetivo de situar ou classificar em relação aos seus planos e padrões de estudo, um aluno transferido de outra escola cuja estrutura didática seja diversa da sua no todo ou em parte."

- Inciso I do Art. 2º:

"Os aspectos quantitativos e formais do ensino, representados por itens de programas, número de lições, ordenação de disciplinas e outros semelhantes - não devem superpor-se à consideração mais amplas da integração dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso no contexto da formação cultural e profissional do estudante".

Tratando-se de doutrina, o seu significado e a sua função não se esgotam nos limites do caso que ela informa; a sua aplicabilidade ao caso vertente parece, a meu ver, estar reforçada pela legislação posterior que reformulou o nosso ensino superior, notadamente pela substituição do privilégio acadêmico pela habilitação profissional.

E, mais particularmente, vale como critério o próprio trecho do parecer 25/65 - CFE, acima transcrito.

2.3. Resta o problema da competência. O § 2º do art. 23 da Lei 5540/68, acima transcrito, é taxativo ao estabelecer que os "...estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento de estudos...".

E, por sinal, a Faculdade dispõe de instrumento regimental pertinente, uma vez que o § 2º do Art. 8º do seu Regimento estabelece que: "Os cursos da Faculdade serão ainda acessíveis aos portadores de diploma de curso superior, independentemente do Concurso Vestibular e mediante aprovação do Conselho Departamental, dependendo a matrícula da existência de vagas e de regime de adaptação".

CONCLUSÃO:

Desde que consideradas as razões acima expostas e havendo vagas basta que o Conselho Departamental próprio prescreva o regime de adaptação compatível com o caso a ser aprovado pela Congregação, quanto à aceitação de elemento formado em Curso de Engenharia Operacional, para fins de matrícula no Curso de Engenharia Eletricista.

São Paulo, 6 de julho de 1973

a) Conselheiro Rivadávia Marques Jr. - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do voto do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Amélia Domingues de Castro, Luiz Ferreira Martins, Olavo Baptista Filho, Paulo Gomes Romeo, Rivadávia Marques Júnior e Wlademir Pereira.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 1973.

a) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Presidente

Aprovado por unanimidade na 807ª sessão plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de agosto de 1973

a) José Borges dos Santos Júnior - Presidente